

ÁREAS PROTEGIDAS E URBANIZAÇÃO: O CASO DA APA DA ILHA DO COMBÚ, BELÉM-PA

PEKKA VIRTANEN¹

RESUMO

O trabalho procura responder a duas perguntas: 1. Qual é a influência da localização geográfica da Ilha do Combú na área metropolitana de Belém/PA? 2. Seu status atual de Área de Proteção Ambiental (APA) tem algum impacto sobre biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico? Semelhante a outras áreas ribeirinhas da Amazônia, o Combú tem uma longa história de envolvimento no comércio de produtos extrativos. No entanto, sua proximidade geográfica com Belém e consequente acesso a mercados tornou os produtores menos dependentes de intermediários, enquanto a posse de recursos se baseou em unidades familiares independentes. Portanto, o modo dominante de extrativismo caboclo, juntamente com o acesso limitado ao transporte motorizado para chegar a Belém até a década de 1990, garantiu um nível relativamente alto de conservação ambiental. A declaração da APA, em 1997, serviu ao objetivo de manter essa situação contra o aumento da pressão da urbanização. Os resultados mostram que o impacto do *status* de APA introduzido externamente tem sido um tanto contraditório. Embora tenha facilitado o acesso a algumas instalações modernas, como a eletricidade, a ilha ainda sofre com a falta de serviços importantes, como água potável e tratamento de lixo. Mesmo que a APA tenha tido um efeito limitado na conservação da biodiversidade, a alta demanda por açaí permitiu a continuidade da produção extrativista relativamente sustentável, embora com tendência para a monocultura. As principais ameaças vêm do turismo de lazer descontrolado e do rápido aumento do tráfego motorizado – ambos devido à proximidade de Belém.

PALAVRAS-CHAVE: *Amazônia. Extrativismo. Unidades de conservação. Açaí. Desenvolvimento socioeconômico.*

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9371-2274>. Filiação: Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade de Jyväskylä, Finlândia.

PROTECTED AREAS AND URBANIZATION: THE CASE OF COMBÚ ISLAND, BELÉM-PA

ABSTRACT

The paper seeks to answer two questions: what is the influence of the geographical location of the island of Combú in the metropolitan area of Belém, PA, and whether its current status as an Area of Environmental Protection (APA) has any impact on biodiversity and socioeconomic development? Similar to other riverside areas in the Amazon, Combú has a long history of involvement in the trade of extractive products. However, its geographical proximity to Belém and consequent access to markets made producers less dependent on intermediaries, while the ownership of resources was based on independent family units. Therefore, the dominant mode of *caboclo extractivism*, together with limited access to motorized transport to reach Belém until the 1990s, guaranteed a relatively high level of environmental conservation. The declaration of APA in 1997 served to maintain this situation against increasing pressure from urbanization. The results show that the impact of the protected status introduced externally has been somewhat contradictory. Although it has facilitated access to some modern facilities, such as electricity, the island still suffers from a lack of important services, such as drinking water and waste treatment. Although the APA had a limited effect on the conservation of biodiversity, the high demand for *açaí* allowed the continuity of relatively sustainable extractive production, although with a tendency towards monoculture. The main threats come from uncontrolled leisure tourism and the rapid increase in motorized traffic - both due to the proximity of Belém.

KEYWORDS: *Amazon, Extractivism, Protect Areas, Açaí, Socio-economic development*

ÁREAS PROTEGIDAS Y URBANIZACIÓN: EL CASO DE ISLA COMBÚ, BELÉM (PA)

RESUMEN

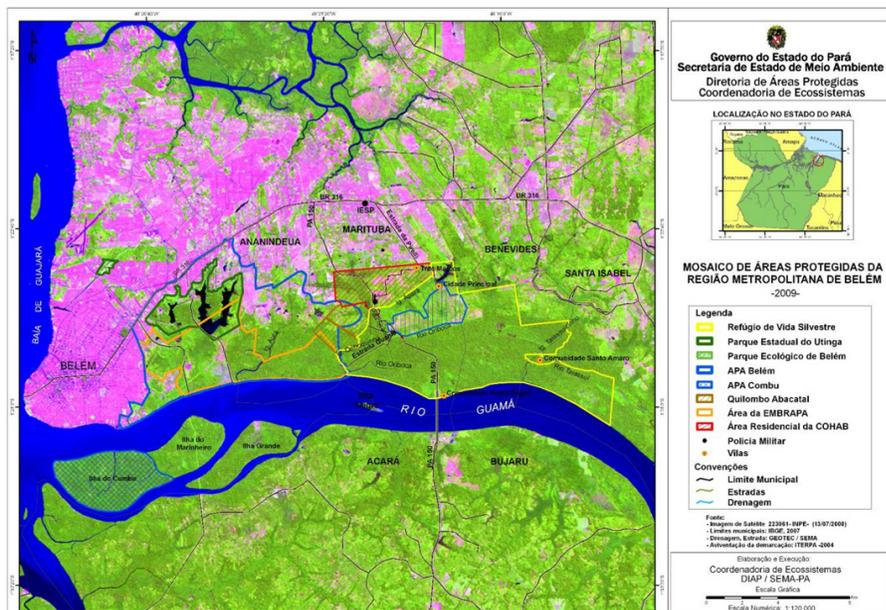
El trabajo busca responder dos preguntas: ¿cuál es la influencia de la ubicación geográfica de Ilha do Combú en el área metropolitana de Belém, PA, y ¿si su estado actual como Área de Protección Ambiental (APA) tiene algún impacto en la biodiversidad y el desarrollo socioeconómico? Al igual que otras áreas ribereñas en el Amazonas, Combú tiene una larga historia de participación en el comercio de productos extractivos. Sin embargo, su proximidad geográfica a Belém y el consiguiente acceso a los mercados hicieron que los productores fueran menos dependientes de los intermediarios, mientras que la propiedad de los recursos se basaba en unidades familiares independientes. Por lo tanto, el modo dominante del extractivismo del caboclo, junto con el acceso limitado al transporte motorizado para llegar a Belém hasta la década de 1990, garantizaba un nivel relativamente alto de conservación del medio ambiente. La declaración APA de 1997 sirvió para mantener esta situación contra la creciente presión de la urbanización. Los resultados muestran que el impacto del estado APA introducido externamente ha sido algo contradictorio. Aunque ha facilitado el acceso a algunas instalaciones modernas, como la electricidad, la isla aún adolece de la falta de servicios importantes, como el agua potable y el tratamiento de residuos. Aunque el APA tuvo un efecto limitado en la conservación de la biodiversidad, la alta demanda de azaí permitió la continuidad de una producción extractiva relativamente sostenible, aunque con una tendencia al monocultivo. Las principales amenazas provienen del turismo de ocio no controlado y el rápido aumento del tráfico motorizado, ambos debido a la proximidad de Belém.

PALABRAS CLAVE: *Amazonas, Extractivismo, Unidades Conservación, Azaí, Desarrollo Socioeconómico*

1 INTRODUÇÃO

Administrativamente, a Ilha do Combú faz parte de Belém, capital do Estado do Pará. Estima-se que a população de Belém seja de 1.492.745 habitantes em 2019 (IBGE, 2019). O território consiste da área continental (176.566 km²), e da área insular (329.936 km²) composta de 42 ilhas, uma das quais é Combú (Prefeitura Municipal de Belém, 2011). A ilha do Combú, que está situada a 1,5 km ao sul de Belém, às margens do rio Guamá (Figura 1), é a quarta maior ilha do município. Sua área de aproximadamente 16 km² apresenta ecossistema típico de várzea, com paisagem formada por um mosaico peculiar de espécies florestais e cursos d'água. A população é estimada em 1500 habitantes (IDEFLOR-BIO, 2018) e está distribuída em quatro comunidades: Beira do Rio, Igarapé Combú, Piriquitaquara e Furo do Benedito.

Figura 1 – Mosaico de áreas protegidas da Região Metropolitana de Belém



Embora a população do Combú seja considerada “tradicional”, na realidade a sua base econômica sofreu várias mudanças durante os últimos cinquenta anos (NUNES, 2016).

Segundo os entrevistados, em meados do século XX, as principais fontes de renda da ilha foram cacau (*Theobroma cacao* L.) e borracha (*Hevea brasiliensis* M.Arg.), embora houvesse outros produtos como frutas nativas, madeira, peixe e camarão. Com exceção da borracha, aqueles produtos foram utilizados para consumo próprio, enquanto os frutos de açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) constituíram a base da dieta local (MOURÃO, 2010). No Combú, a borracha tornou-se novamente importante na década de 1950, devido à demanda da empresa Pirelli estabelecida em Belém. O preço da borracha, porém, caiu drasticamente na década de 1980. Simultaneamente, a produção de palmito para o centro-sul (onde a colheita excessiva dizimou a palmeira juçara, nos anos 1970), tornou a palmeira açai o principal recurso comercial (JARDIM, 2002). Alarmados com o dano ambiental causado no centro-sul, as autoridades tentaram regular de forma mais rigorosa a sua produção no Pará (RIBEIRO, 2010). Contudo, depois de um pico nos anos 1980, a produção do palmito caiu drasticamente (MOURÃO, 2004). Por outro lado, a demanda por frutas de açai em Belém cresceu rapidamente. Devido à proximidade dos mercados em Belém e ao fato da maioria das famílias ter acesso a recursos florestais (JARDIM, 2002), o modo caboclo de extrativismo, ou seja, a produção familiar, ainda é dominante no Combú, em vez da aviação (OLIVEIRA FILHO, 1979), ao contrário de algumas outras ilhas do delta (NASCIMENTO, 2004).

Apesar de sua proximidade de Belém, o Combú permaneceu relativamente isolado até a década de 1990, quando o transporte dependia de canoas não motorizadas, que podiam ser usadas com segurança para atravessar o rio Guamá apenas em condições favoráveis. Isso reduziu a comercialização de alguns produtos perecíveis (como açai) e incentivou a agricultura para consumo próprio. Essa situação mudou gradualmente à medida que os motores de popa se tornaram mais acessíveis. Ao mesmo tempo, a população também dobrou, enquanto que as viagens regulares para Belém para negócios ou trabalho se tornaram mais comuns (RODRIGUES, 2006). O rápido crescimento do turismo, durante a última década, deve-se também à melhoria dos transportes. É, no entanto, mais turismo de lazer dirigido aos restaurantes do que ecoturismo (MAIA; NUNES; CRUZ, 2017).

A proximidade geográfica de Belém, combinada com um ambiente natural relativamente pouco perturbado devido ao período de isolamento, foi uma das principais razões para a inclusão do Combú no conjunto de mais de 16.000 ha de unidades de conservação na Região Administrativa de Belém. Além da Área de

Proteção Ambiental (APA)² do Combú, o mosaico de áreas protegidas inclui o Parque Estadual do Utinga, Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, APA Belém e o Quilombo Abacatal (Figura 1). A criação do mosaico havia sido idealizada na década de 1980, quando a proteção ambiental se tornou uma das principais questões do discurso político nacional e local no Brasil, bem como em fóruns internacionais. No nível nacional, isso se manifestou na Constituição de 1988, que reconheceu a proteção das florestas, fauna e flora como uma obrigação dos diferentes níveis da administração pública. Na Região amazônica, o objetivo foi traduzido no Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, também assinado em 1988. No âmbito do estado do Pará, uma proposta previa a extensão do sistema estadual de áreas protegidas para incluir 34 unidades com diferentes níveis de conservação (LOBATO, 1988).

No Brasil, até meados da década de 1980, pouca importância foi dada às pessoas que moravam dentro ou perto das áreas protegidas. Devido à pressão internacional e a mudanças políticas no Brasil, o papel crucial das populações locais para o sucesso dos esforços de conservação foi finalmente reconhecido no final dos anos 1980. No contexto nacional, o *status* existente das reservas indígenas forneceu um importante ponto de partida, que foi posteriormente expandido para incluir quilombolas (antigas comunidades de escravos fugitivos) e populações tradicionais, principalmente os seringueiros. Elaborado em categoria mais ampla de “populações tradicionais”, o novo discurso foi usado para justificar a nova categoria de áreas protegidas de “uso sustentável”, que - com certas restrições - permitem a permanência de comunidades humanas dentro delas (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014). Foi dentro desta categoria - introduzida na Política Ambiental do Brasil de 1981 - que a designação de APA foi criada (LINO; MORAES, 2005), e a primeira APA estadual no Pará foi estabelecida em 1990 (LOBATO, 1992).

A APA da Ilha do Combú foi criada através da Lei Estadual nº 6.083 de 13/11/1997, com o objetivo de proteger e restaurar a diversidade biológica, os recursos genéticos, as espécies ameaçadas de extinção, bem como a promover o desenvolvimento sustentável, através do ordenamento dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida da comunidade local (IDEFLOR-BIO, 2018).

Além da permanência legítima das populações humanas na área protegida, a nova modalidade enfatizou a participação ativa da população no planejamento e

² O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) do Brasil divide as áreas protegidas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. O primeiro corresponde às categorias I-IV da IUCN e o segundo, às categorias V-VI. APA corresponde à categoria V da IUCN (LINO; MORAES, 2005).

implementação de atividades de conservação e o objetivo geral de melhorar o bem-estar das comunidades locais, incluindo o fornecimento de infraestrutura social básica (LINO; MORAES, 2005; LOBATO, 1988). O último objetivo foi enfatizado no caso das áreas urbanas protegidas, em particular (TRZYNA, 2014).

Embora a mudança dos mercados externos tenha sido um fator-chave na subsistência da população do Combú por mais de um século, as melhorias no transporte nos últimos trinta anos fortaleceram consideravelmente a interdependência com o mundo urbano de Belém. Portanto, é importante entender que a população não é “tradicional” no sentido de que suas atividades econômicas ou características socioculturais seriam imutáveis ou estagnadas. Consequentemente, a primeira pergunta de pesquisa é: O que tem sido o impacto da localização geográfica do Combú na área metropolitana de Belém sobre a biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico nas últimas cinco décadas?

Apesar do compromisso retórico com os princípios de participação “ownership” local, as áreas protegidas continuam sendo impostas às comunidades locais – indígenas, tradicionais ou modernas. Consequentemente, as perguntas adicionais são: Até que ponto o ideal de participação foi alcançado no caso do Combú e quais foram as consequências que a criação do APA em 1997 teve sobre a população local e a biodiversidade da ilha?

2 MATERIAL E MÉTODO

Neste artigo, abordaram-se as questões de pesquisa do ponto de vista das comunidades locais, refletidas nas entrevistas realizadas com membros da comunidade. O artigo é baseado em entrevistas semiestruturadas e observações feitas pelo autor e pelo Sr. Reginaldo da Conceição Teixeira durante o trabalho de campo na Ilha do Combú e em Belém, no período de 8 a 19 de outubro de 2018. Entrevistamos, ao todo, 20 homens e 14 mulheres de 31 domicílios da ilha, além de 3 representantes do Ideflor-Bio, 1 representante de ONG e 1 do setor privado em Belém. Entre os entrevistados na ilha, foram incluídos 3 atuais e 3 ex-membros do Conselho da APA da Ilha do Combú. A fim de preparar o trabalho de campo, uma visita introdutória à área de pesquisa foi realizada pelo autor, em junho de 2017. Além disso, são usados como fontes de informação documentos legais e administrativos, bem como relatórios de pesquisas anteriores na área e outras publicações de pesquisa relevantes.

As entrevistas são analisadas usando métodos qualitativos. A análise é baseada em *Critical Discourse Studies* (CDS), em particular a abordagem histórico-

discursiva. CDS é uma abordagem interdisciplinar da linguagem em uso, que visa avançar nossa compreensão de como o discurso se encaixa nos processos sociais, nas estruturas sociais e na mudança social (FLOWERDEW; RICHARDSON, 2018, p.1, tradução do autor).

A ênfase da abordagem histórico-discursiva está na qualidade prática dos discursos relacionados, sua dependência de contexto e seu caráter construído e construtivo. O foco está em dados primários (entrevistas) relacionados a problemas, em particular assuntos históricos e sua ancoragem histórica (REISIGL, 2018). Consequentemente, os discursos analisados são refletidos contra o material secundário, como documentos públicos e estudos acadêmicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 IMPACTO DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A localização geográfica do Combú na área metropolitana de Belém tem sido um fator crucial para enquadrar a organização dos meios de subsistência e o uso dos recursos naturais na ilha. Acesso ao trabalho familiar no contexto do direito individual ao uso da terra (o modo caboclo – OLIVEIRA FILHO, 1979) e a proximidade aos mercados urbanos - tanto para produtos próprios quanto para suprimentos – possibilitou que a população escapasse da dependência de intermediários, típica do sistema de aviação. Nesse contexto, os entrevistados mais velhos compartilharam boas lembranças da diversidade de produtos extrativos que puderam vender por um bom preço na fábrica da Pirelli, situada em Ananindeua, do outro lado do rio Guáma, e depois na Copal até o fechamento do último estabelecimento na década de 1980. Além da borracha, os produtos incluíam cacau, andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* K. Schum.), pupunha (*Bactris gasipaes*) e ucuúba (*Virola surinamensis* Warb.), entre outros. Fontes de renda adicionais incluem venda de madeira (especialmente cedrorana do igapó, *Andripetalum rubescens* Schott), e pescaria (peixe e camarão) para mercados em Belém. A distribuição das várias atividades produtivas ao longo do ano foi mencionada como uma vantagem importante para a economia familiar.

A polpa de açaí (conhecida localmente como vinho de açaí) é tradicionalmente um dos pilares da dieta local, mas a demanda externa por frutos de açaí era marginal até a década de 1970. No entanto, o crescente número de imigrantes rurais em Belém³

³ Desde 1960 a 1980, a população de Belém aumentou 136 % (IBGE, 2010).

criou um mercado vibrante para o “vinho de açaí”. Devido à perecibilidade dos frutos do açaí, o acesso ao mercado principal de Belém com transporte motorizado dá aos produtores do Combú uma clara vantagem em relação aos produtores das regiões mais distantes (ANDERSON; IORIS, 1992). Ao mesmo tempo, a produção de palmito para o centro-sul, onde a colheita excessiva dizimou a palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) nos anos 1970, tornou a palmeira açaí a principal fonte para a produção de palmito (JARDIM, 2002). Segundo os entrevistados, o palmito é produzido exclusivamente para mercados externos, pois não faz parte dos hábitos alimentares no Combú.

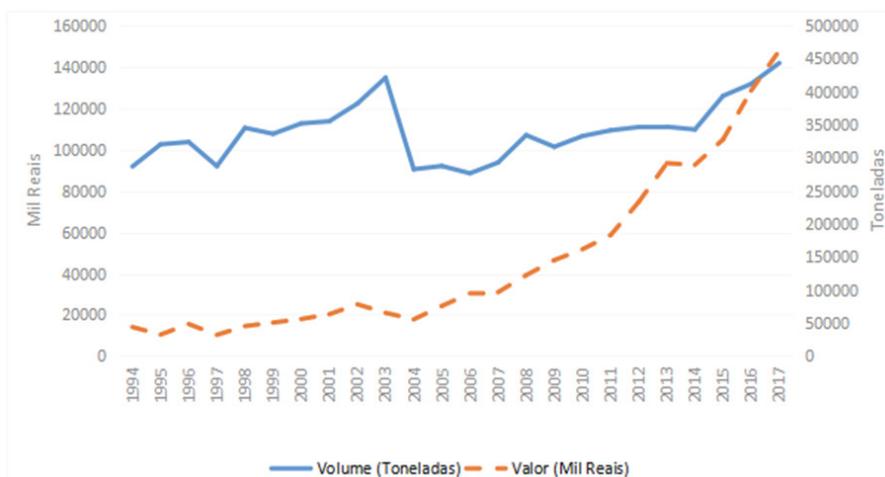
Alarmados com o dano ambiental causado pela produção do palmito no sul, as autoridades tentaram regular de forma mais rigorosa a produção no Pará (RIBEIRO, 2010). Contudo, depois de um pico nos anos 1980, a produção caiu drasticamente (MOURÃO, 2004) e muitas fábricas de palmito, incluindo a única no Combú, fecharam as portas nos anos 1990. Por outro lado, a demanda por frutas de açaí em Belém cresceu rapidamente, expandindo-se para os mercados urbanos de alimentos saudáveis no sudeste do Brasil na década de 90 e depois para os mercados internacionais nos EUA e na Europa (BRONDÍZIO, 2008).

A expansão dos mercados, desde meados da década de 1990, teve o efeito de melhorar o preço para o produtor, enquanto o volume de produção do açaí permaneceu relativamente estável (Figura 1). Concomitantemente, na ilha do Combú a produção de palmito tornou-se uma atividade secundária realizada no contexto do manejo dos açaizais durante a entressafra. Os entrevistados reclamaram do baixo preço oferecido pela única fábrica situada perto da ilha e de sua prática de favorecer os atravessadores, que pagam ao produtor apenas metade do preço de fábrica. Eles são também relutantes em cortar as palmeiras para produzir palmito e aceitam fazê-lo apenas de acordo com as necessidades do manejo para uma produção de frutas mais eficiente. Isso provavelmente se deve à posse mais segura da terra, o que torna irracional a exploração predatória a curto prazo – comum em outras áreas (GROSSMAN et al., 2004).

A produção extrativista no Combú esteve sujeita a vários projetos de intervenção. O primeiro foi o Programa Estuário desenvolvido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) com apoio internacional entre os anos 1985 e 1991. O programa pesquisou a ecologia da mata várzea e como os recursos florestais estavam sendo utilizados e manejados pelas populações locais, e com base nesses estudos foram pilotadas estratégias alternativas de manejo (RODRIGUES, 2006). Os estudos concluíram que o sistema de extração florestal do Combú podia servir como modelo de sustentabilidade ecológica e econômica para a região (ANDERSON; IORIS, 1992). Como resultado do programa, outras intervenções nas áreas de saúde, educação

e desenvolvimento comunitário foram iniciadas por outras instituições baseadas em Belém. Porém, embora algumas das intervenções tenham trazido resultados permanentes, como duas escolas primárias (série 1-4) e serviços básicos de saúde na ilha, a maioria delas – como os quatro centros comunitários iniciados ao longo dos anos – tornou-se moribunda.

Figura 1 - Produção de açaí no Estado do Pará, 1994-2017



Fonte: Silva, 2017

Na área do extrativismo, as principais intervenções foram direcionadas à melhoria do manejo dos açazais e cacauzeiros, bem como à diversificação da produção com outras frutas nativas, como andiroba e ucuúba. As intervenções iniciadas pelo programa do MPEG, também foram apoiadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e universidades regionais (RODRIGUES, 2006).

A percepção dos entrevistados sobre as intervenções externas na gestão de recursos não foi tão positiva. Embora alguns tenham recebido treinamento e dicas úteis, seu impacto nas rotinas de manejo parecia marginal. A maioria dos entrevistados afirmou ter aprendido práticas de manejo com a própria família e viu pouco ou nenhum benefício com as intervenções externas. A introdução de práticas de manejo junto com novas variedades de açaí foi mencionada como sendo o benefício principal, pois aumenta a produção durante a entressafra quando o preço é mais alto.

Desde a década de 2000, o turismo se tornou uma importante fonte de renda para uma parte da população. Os turistas vêm à ilha principalmente para relaxar, beber

e comer no número crescente de bares e restaurantes durante os finais de semana e feriados. O primeiro restaurante foi aberto em 1982 e serviu aos membros do Belém *Yacht Club* e alguns outros, com acesso ao transporte aquático privado. Nos últimos dez anos, o aumento de restaurantes e lanchas que atendem aos turistas tem sido rápido e atualmente existem mais de vinte restaurantes na ilha. Até algumas campanhas públicas foram lançadas para promover a gastronomia local para um público mais amplo (Figura 2).

Figura 2 - Publicidade para turismo gastronômico no Combú



Fonte: Rede Pará, 2019

Embora o ecoturismo em forma de trilhas ecológicas já tenha sido iniciado pelo programa do MPEG, as várias tentativas não foram rentáveis e atualmente existem apenas duas trilhas operacionais no Combú. Vários entrevistados reclamaram que o turismo traz benefícios econômicos apenas para alguns indivíduos, enquanto os impactos negativos como ruído e poluição, tráfego de barcos em alta velocidade, falta de privacidade, aumento da criminalidade e uso de drogas perturbam toda a população (ROSA; CABRAL, 2016). Os entrevistados, particularmente os de Igarapé Combú, também se queixaram que ficou muito difícil recrutar alguém

para tirar açaí, pois os empregos na indústria do turismo são mais atraentes para os jovens. Consequentemente, alguns açazais, que pertencem aos idosos ou às pessoas fisicamente incapazes de escalar as palmeiras, estão sendo abandonados.

Como pode ser visto no mapa (Figura 2), os restaurantes são localizados principalmente nas comunidades Igarapé Combú (a principal via navegável dentro da ilha) e Beira do Rio (Guamá). Um número significativo de restaurantes pertence a pessoas de fora⁴, embora a maior parte da força de trabalho venha da ilha. A maioria dos passeios turísticos é organizada por empresas sem conexões locais, e alguns entrevistados protestam que os guias externos estão fornecendo informações falsas sobre as ilhas. Assim, os beneficiários locais são os proprietários nativos dos restaurantes e os empregados deles, bem como os que trabalham com lanchas que transportam turistas durante os períodos de pico. Estes últimos são principalmente da comunidade de Piriquitaquara, a via navegável menor onde fica a cooperativa de barqueiros. Até o momento, o turismo não chegou de fato ao Furo do Benedito, exceto para barcos turísticos que passam sem parar. No entanto, vários entrevistados de lá planejam investir em instalações turísticas, como restaurante, lancha ou acomodação *Bed & Breakfast*⁵.

A população do Combú aumentou dramaticamente nas últimas três décadas⁵, como um dos membros mais velhos da comunidade comentou: “antigamente teve dez casas no Igarapé Combú, mas agora tem uns oitenta” (Entrevista em 8.10.2018). Segundo os entrevistados, o aumento se deve em grande parte à divisão das famílias locais, pois os filhos constroem suas próprias casas na terra dos pais e, com frequência, os cônjuges – homens e mulheres, se não são do Combú – se mudam para a ilha. A migração para fora do Combú ocorre, mas não é muito comum. Devido à proximidade de Belém, mesmo aqueles que trabalham ou estudam na cidade, tendem a morar na ilha. O crescimento da população levou a uma rápida diminuição da terra disponível para cada família, embora, na prática, as famílias extensas continuem a ocupar grandes extensões contínuas de terra ao longo dos rios e igarapés.

A Ilha do Combú está localizada em uma área marinha sob a jurisdição dominial da União, e portanto os moradores só podem ter Termos de Concessão de Uso (TCU), que garante a eles a ocupação da terra e permanência na área usufruindo dos recursos naturais (RIBEIRO, 2010). Assim, a terra não pode ser vendida

⁴ Incluindo um que foi recentemente adquirido por uma grande cadeia internacional de turismo, Grupo B&B (MARINA B&B, 2012).

⁵ Não há um número exato da população do Combú, mas a estimativa oficial é de aproximadamente 1.500 (IDEFLOR-BIO, 2018), enquanto na década de 1980 a população era estimada em cerca de 600 pessoas (ANDERSON; IORIS, 1992).

nem comprada, mas segundo os entrevistados, a venda ilegal de lotes é comum, principalmente nas comunidades de Beira do Rio e Igarapé Combú. Existem também alguns casos em Piriquitaquara, mas aparentemente não em Furo do Benedito, embora a densidade populacional seja menor nesse lado da ilha.

Na década de 1980, a posse da terra continuava confusa, e grande parte de terras ao longo das vias navegáveis foram reivindicadas por famílias individuais. Em 2006, 110 TCUs foram concedidos a famílias locais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), embora documentos oficiais tenham sido entregues apenas aos habitantes mais antigos (RIBEIRO, 2010). Os entrevistados sustentaram que o cadastro oficial de terras não foi atualizado e a maioria das recentes divisões de terras dentro da família permanece sujeito a acordos orais. Ao mesmo tempo, há uma pressão crescente pela expansão urbana através do Rio Guamá, afetando Beira do Rio e Igarapé Combú, em particular.

Em relação à biodiversidade, vários entrevistados mais velhos expressaram sentimentos nostálgicos sobre as diversas atividades extrativistas de outrora, mencionando o corte da seringa em particular. Embora o trabalho tenha sido árduo, a maioria dos entrevistados não derrubou seus seringais, ainda que a produção de borracha tenha se tornado inviável há mais de vinte anos. Muitos deles também haviam deixado árvores frutíferas nativas entre os açaçais e confessaram que cortam menos para manejo do que o recomendado nas diretrizes. Neste contexto, eles expuseram que a floresta e as árvores têm um valor intrínseco além de seu valor como fontes de renda. No entanto, o foco econômico no açaí, nas últimas três décadas, causou mudanças consideráveis na vegetação da ilha, uma vez que outras espécies – incluindo fontes tradicionais de renda, como cacau e andiroba – foram cortadas para dar espaço aos açaçais. Segundo alguns entrevistados, a redução da biodiversidade teve um impacto negativo em alguns meios de subsistência alternativos, como a apicultura. Pesquisas confirmam a existência de dano potencial à biodiversidade (FREITAS et al., 2015) e prejuízo à reprodução do açaí devido à redução dos serviços de polinização (CAMPBELL et al., 2018).

Além do extrativismo, a pesca tradicionalmente tem sido uma atividade importante no Combú, tanto para a subsistência quanto para a venda. A dependência da extração de frutos de açaí elevou a sazonalidade dos meios de subsistência, aumentando a importância da pesca durante o período da entressafra, quando as fontes de renda em dinheiro são escassas (ANDERSON; IORIS, 1992). No entanto, de acordo com os entrevistados, atualmente tanto os peixes comestíveis quanto o camarão quase desapareceram, especialmente no Igarapé Combú, e reduziram consideravelmente nos arredores das outras três comunidades. Alega-se que a mudança se deve ao

aumento da poluição, especialmente de águas residuais de Belém, juntamente com o aumento do tráfego de barcos, tanto nos principais rios quanto no Igarapé Combú, em particular (MATTA, 2006). O último fator também causou rápida erosão da beira rio: um entrevistado alegou que, em partes do Igarapé Combú, a linha d'água regrediu cinco metros nos últimos vinte anos (Entrevista em 8.10.2018). O impacto negativo da poluição urbana nos estoques de peixes e camarões foi verificado em estudos científicos (SOUZA et al., 2016). Segundo os entrevistados, mesmo a pesca para consumo próprio está se tornando inútil no Igarapé Combú, mas nas outras comunidades a pesca ainda fornece uma importante fonte de nutrição durante a entressafra, e até uma fonte de renda para algumas famílias (SCHALLENBERGER, 2010).

3.2 PARTICIPAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA CRIAÇÃO DA APA

Os objetivos principais da APA são de proteger a biodiversidade através de uma conscientização da população local e seu uso sustentável dos recursos naturais (NUNES, 2016). No entanto, a modalidade de áreas protegidas de uso sustentável enfatiza também a participação ativa da população no planejamento e implementação de atividades de conservação e o objetivo geral de melhorar o bem-estar das comunidades locais – incluindo o fornecimento de infraestrutura social básica (LINO; MORAES, 2005; LOBATO, 1988). Contudo, em vez de uma iniciativa local, a APA do Combú foi criada por iniciativa dos pesquisadores do MPEG junto com algumas lideranças da ilha, sendo uma das justificativas o controle da produção de palmito (NUNES, 2016; RIBEIRO, 2010). A maioria dos entrevistados sentiu que eles têm pouco ou nenhum papel na gestão, e alguns nem sequer sabiam do *status* de proteção da ilha.

A implementação da APA tem sido extremamente lenta. Embora tenha sido criada em 1997, a primeira visita oficial para coletar informações junto à população ocorreu apenas dez anos depois. O primeiro gerente da APA foi nomeado em 2008, e o conselho gestor foi criado logo depois. O gerente da APA foi nomeado presidente do conselho, que era composto por mais nove representantes do poder público e dez representantes da sociedade civil⁶. Um termo de referência para contratação de empresa de consultoria para elaboração do plano de manejo foi encaminhado pela gerência em 2009, mas o trabalho nunca foi concluído, apesar de várias tentativas. Algumas atividades foram planejadas para 2009, mas até 2015 ainda não tinham sido

⁶ O gestor foi inicialmente a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/PA), e a partir de 2015 a gestão da unidade passou para o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio).

concluídas – com exceção do conselho gestor e do plano para sustentabilidade financeira da APA (CIRILO; ALMEIDA, 2015). A falta de capacidade de agir também foi a principal crítica levantada contra o conselho por aqueles entrevistados que não são membros. Concomitantemente, membros do conselho e autoridades se queixaram da fraca participação e falta de iniciativa da população (CIRILO; ALMEIDA, 2015; NUNES, 2016).

As falhas não podem ser atribuídas exclusivamente às autoridades públicas. De fato, eles seguiram de perto muitas das diretrizes internacionais para a criação de áreas protegidas (TRZYNA, 2014). Através do mosaico de áreas protegidas (Figura 1), eles estabeleceram a conexão com outras áreas naturais e mantiveram zonas de amortecimento e corredores que se conectam a outras áreas de uso sustentável (LOBATO, 1992). No contexto do conselho gestor, eles procuraram cooperar com instituições que têm jurisdições compartilhadas ou adjacentes, bem como criar estruturas formais para facilitar a coordenação (CIRILO; ALMEIDA, 2015). Como observado pelos membros entrevistados do Ideflor-Bio e do Instituto Peabiru, as autoridades ambientais têm poucos recursos (TEIXEIRA, 2000), mas o status de APA facilitou o acesso a outras fontes, como fundos federais que permitiram a eletrificação da ilha, aprimoramento da habitação, melhoria dos serviços de educação e saúde, e organização de atividades de treinamento.⁷ Esses avanços foram também reconhecidos pelos membros das comunidades entrevistados (NUNES, 2016), embora geralmente não fossem atribuídos ao conselho.

O conselho também conseguiu manter uma colaboração ativa com instituições de pesquisa, que produziram uma quantidade considerável de relatórios e avaliações que são potencialmente úteis para as atividades de desenvolvimento (NUNES, 2016; RODRIGUES, 2006). A visão dos membros da comunidade entrevistados era, no entanto, mais cética em relação aos benefícios socioeconômicos obtidos com os vários projetos de pesquisa e apuração de fatos. Segundo Cirilo e Almeida (2015) alguns até “se diziam cansados de serem objetos de pesquisas e projetos de diversos Órgãos públicos, que apenas queriam obter informações junto à população, mas que não traziam benefícios diretos”.

⁷ Notavelmente destaca-se o projeto de assentamento extrativista (PAE) da Ilha do Combú, implementado desde 2015 pelo Instituto Peabiru, com o financiamento da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER). Os objetivos abrangem promoção da inclusão social pelo encaminhamento de demandas sobre água, habitação, transferência de renda; distribuição de sementes e outros insumos; realização de diagnósticos participativos, e oficinas de planejamentos (Entrevista no Instituto Peabiru em 18.10.2018). O projeto é continuação do programa PAE iniciado no Combú já em 2006 (RIBEIRO, 2010).

O fato da APA da Ilha do Combú ser uma área urbana protegida⁸ traz alguns desafios adicionais, que o conselho não conseguiu resolver. Segundo Trzyna (2014), as áreas urbanas protegidas sofrem algumas ameaças específicas, como expansão urbana e efeitos de borda urbana, como poluição do ar e da água, problemas com tratamento de lixo, vandalismo e aumento de criminalidade. Os entrevistados reclamaram que, apesar da proximidade de Belém e de algumas tentativas isoladas, os problemas do tratamento de lixo e do acesso à água potável não foram resolvidos, mesmo tendo sido apresentados repetidamente ao conselho (RIBEIRO, 2010).

A venda ilegal de terras a terceiros também foi levantada como uma questão que não foi tratada adequadamente pelas autoridades competentes. Igualmente, o problema do crime violento contra pessoas e propriedades está se tornando cada vez mais comum, especialmente nas comunidades de Beira do Rio e Furo do Benedito (MATTA, 2006). Um dos entrevistados da última comunidade havia sido tomado como refém quando seus objetos de valor em casa e o barco a motor foram roubados e, depois disso, ele foi deixado em uma ilha distante pelos bandidos. A experiência levou-o a se mudar para Belém, onde morou por dois anos, antes de retornar recentemente ao Combú (Entrevista em 11.10.2018).

Mesmo que o conceito de proteção ambiental não tenha sido adotado pela maioria dos entrevistados, alguns manifestaram preocupação com o aumento do desmatamento devido ao corte de outras espécies para dar lugar a monocultura de açaí. Observou-se também a diminuição da biodiversidade aquática, como indicado pela redução de capturas de peixes e camarões, além do desaparecimento de algumas espécies carismáticas, como o boto (*Sotalia spp.* Gray). Eles sentiram que, apesar de interromper a extração de madeira por pessoas de fora, a APA não contribuiu de maneira concreta para o objetivo de preservação da natureza.

A maioria dos entrevistados reclamou que, embora tenha havido muitos pequenos projetos de desenvolvimento, eles trouxeram apenas poucos resultados sustentáveis. Vários entrevistados, principalmente mulheres, também observaram que a qualidade de alguns dos serviços atualmente disponíveis na ilha, como escolas e posto de saúde, se deteriorou ao longo dos anos. A falta de resultados sustentáveis teve um efeito negativo sobre a motivação dos habitantes, que se tornaram cada vez mais céticos em relação a novas propostas. Assim, tornou-se difícil recrutar pessoas para participar em projetos, ou até mesmo para serem nomeados representantes para

⁸ “Áreas urbanas protegidas são áreas protegidas situadas dentro ou à margem de grandes centros populacionais” (TRZYNA, 2014, xi, tradução pelo autor PV).

o conselho gestor (RIBEIRO, 2010). Segundo o estudo recente de Thainá Nunes (2016, 18), pelo menos a comunidade Igarapé Combú, que tradicionalmente foi o foco de atividades, está atualmente num estado de “crescente desmobilização e desarticulação”.

Alguns moradores de Furo do Benedito entrevistados para o estudo sustentaram que a associação comunitária local (Associação dos Moradores do Furo São Benedito a Preservar, criado em 2004) foi desfeita por causa de briga política. Brigas políticas foram mencionadas como uma das causas de passividade e vida curta da maioria das associações nas outras comunidades. Acusações de corrupção e favorecimento da própria família ou de outros grupos exclusivos também foram manifestadas por vários entrevistados. Como foi observado por um representante de Instituto Peabiru, na 'ilha os núcleos familiares não juntam com outros para objetivos comuns' (Entrevista em 18.10.2018).

Um tema repetido nas comunidades de Piriquitaquara e Furo do Benedito foi que as atividades e serviços estão concentrados no Igarapé Combú, e geralmente não são facilmente acessíveis aos membros das outras comunidades (RODRIGUES, 2006). Embora o representante da Ideflor-Bio tenha enfatizado que os treinamentos e outros eventos, bem como os serviços públicos, estão abertos a todos os moradores da ilha (Entrevista em 17.10.2018), sua localização física no Igarapé Combú – que, na verdade, é bastante distante de Furo do Benedito – torna a participação de outras comunidades muito mais desafiador. Existem também algumas diferenças socioeconômicas e culturais evidentes entre as quatro comunidades, como afiliação religiosa (Católica vs. Evangélica) e fontes de renda, conforme mencionado acima. Mas especialmente os entrevistados mais velhos se referiram ao aumento do individualismo e ao enfraquecimento do espírito comunitário, que costumava se manifestar em ajuda mútua, entre outros.

As autoridades responsáveis estão cientes dos problemas, que são comuns na maioria das áreas protegidas. De acordo com uma avaliação feita pelo Imazon (2015), menos de um terço das áreas protegidas possuía um plano de manejo aprovado e apenas cerca da metade possuía conselho gestor com regimento interno aprovado. Outros problemas comuns incluem falta de fundos e pessoal, monitoramento fraco e baixa articulação com comunidades locais. Tais problemas corroem a credibilidade dos órgãos representativos, como conselho gestor, pois as decisões tomadas não levam a uma ação efetiva.

No caso do Combú, durante os primeiros cinco anos de funcionamento, a frequência de participação dos representantes da comunidade e da sociedade civil nas reuniões do conselho foi de aproximadamente 30% e, para representantes do poder

público, ligeiramente acima de 50% (CIRILO; ALMEIDA, 2015). As entrevistas, juntamente com um olhar superficial sobre as atas das reuniões subsequentes, mostram que a situação não melhorou depois disso. Ou como uma ex-conselheira, que lamentou a falta de poder dos conselheiros locais, exclamou “o conselho faz reunião apenas para marcar outra reunião” (Entrevista em 8.10.2018).

Em outubro de 2018, o gestor (Ideflor-Bio) sugeriu ao conselho a recategorização do Combú de APA para Reserva Extrativista (RESEX) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), o que daria às autoridades ferramentas mais fortes para lidar com atividades ilegais de pessoas de fora e, possivelmente, melhorar o acesso a recursos (Entrevista com Sr Júlio Meyer em 17.10.2018). No entanto, como observado por um membro da comunidade, RESEX já foi sugerida quando o plano da área de conservação foi sugerido pelo MPEG, mas foi rejeitada pela população por ser muito restritiva (Entrevista em 11.10.2018, NUNES, 2016). Na segunda reunião de 2018 do conselho, a proposta RESEX foi novamente rejeitada, pois os membros da comunidade não acreditavam que isso resolveria os problemas básicos (Email de Sr Júlio Meyer, 27.2.2019).

A falta de recursos explica, em certa medida, por que as expectativas dos membros da comunidade em termos de atividades de desenvolvimento e aplicação da lei não são alcançadas pelas autoridades. No entanto, as causas de excesso de burocracia e os problemas de comunicação entre as autoridades e os membros da comunidade vão além da escassez de recursos. Os representantes do Ideflor-Bio explicaram que eles tentaram melhorar a comunicação atuando via outros canais, como o projeto AgroVárzea⁹, através do qual eles mantêm contato com membros das comunidades locais a cada 15 dias. Mesmo assim, a lentidão da burocracia continua sendo um problema constante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Semelhante a outras áreas ribeirinhas da Amazônia, o Combú tem uma longa história de envolvimento no comércio de produtos extrativos. Sua proximidade geográfica com mercados de Belém tornou os produtores menos dependentes de intermediários, bem como o fato da posse de recursos baseada em unidades familiares independentes fortaleceram a autonomia da população. Paradoxalmente, o modo

⁹ O Projeto AgroVárzea tem como premissa o fortalecimento da agricultura familiar, valorizando as comunidades tradicionais e as boas práticas de manejo das propriedades rurais (IDEFLOR-BIO, 2016).

dominante de extrativismo caboclo, juntamente com o acesso limitado ao transporte motorizado para chegar a Belém até a década de 1990, garantiu um nível relativamente alto de conservação ambiental. O objetivo da declaração da APA de 1997 era manter essa situação contra a ameaça percebida de produção insustentável de palmito, bem como combater a crescente pressão da urbanização. O ambiente natural exuberante continua a ser valorizado pelos moradores da ilha, embora alguns dos habitantes mais velhos lamentem a redução gradual da biodiversidade, que também serviu para manter uma diversidade mais ampla de meios de subsistência. O turismo de lazer descontrolado e o rápido aumento do tráfego motorizado – ambos devido à proximidade de Belém – foram percebidos pelos entrevistados como as ameaças principais.

Na Região amazônica, houve avanços consideráveis no processo de criação de unidades de conservação na primeira década do milênio. Os recursos alocados para esse fim, porém, não aumentaram respectivamente, o que tem dificultado a implementação do desenvolvimento de quaisquer atividades especialmente nas áreas protegidas da categoria “uso sustentável” (CIRILO; ALMEIDA, 2015). Nesse contexto, o impacto do *status* de APA, que foi proposta por instituições de fora da Ilha do Combú, tem sido um tanto contraditório. Esse *status* tem facilitado (mesmo que indiretamente) o acesso a algumas instalações modernas, como a eletricidade, mas apesar de sua ligação com Belém a ilha ainda sofre com a falta de serviços básicos, como água potável e tratamento de lixo. O aumento do individualismo e o enfraquecimento do espírito comunitário, as disputas políticas e o ciúme entre as comunidades tiveram um efeito negativo na capacidade do conselho gestor de lidar com os problemas que afetam toda a população, como venda ilegal de terras e aumento da poluição.

A maioria dos entrevistados sente que a APA tem tido um efeito mínimo na conservação da biodiversidade. No entanto, a continuidade da produção extrativista relativamente sustentável motivada pela alta demanda por frutas de açaí em Belém, de certa forma, contribui para a proteção ambiental. Enquanto a viabilidade da produção extrativista reduziu a pressão pelo desmatamento e expansão urbana, o crescimento interno da população levou ao aumento da fragmentação das terras familiares. Combinadas com a crescente atratividade de atividades relacionadas ao rápido crescimento do turismo de lazer na ilha, as mudanças parecem estar gradualmente movendo o centro de atividades do extrativismo para os serviços. Com a atual fraca capacidade de fazer cumprir as regras de proteção ambiental, é provável que as mudanças tenham impactos contraditórios no uso da terra, por exemplo o avanço da borda urbana e a regeneração gradual da floresta nas áreas de açaizais abandonados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B.A.; IORIS, E.M. Valuing the rain forest: Strategies by small-scale forest extractivists in the Amazon estuary. **Human Ecology** 20, 337-369, 1992.
- BRONDÍZIO, E.S. **The Amazonian caboclo and the açai palm: Forest farmers in the global market**. New York: The New York Botanical Gardens Press, 2008.
- CALEGARE, M.G.; HIGUCHI, M.I.; A.C. BRUNO. Traditional peoples and communities: From protected areas to the political visibility of social groups having ethnical and collective identity. **Ambiente & Sociedade** 17,115-134, 2014.
- CAMPBELL, A.J.; CARVALHEIRO, L.G.; MAUÉS, M.M.; JAFFÉ, R.; GIANNINI, T.C.; FREITAS, M.A.B.; COELHO, B.W.T; MENEZES, C. Anthropogenic disturbance of tropical forests threatens pollination services to acai palm in the Amazon river delta. **Journal of Applied Ecology** 55, 1725-1736, 2018.
- CIRILO, B.B.; ALMEIDA, O.T. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu e a experiência da gestão compartilhada. **Revista de Estudos Sociais** 17, 101-119, 2015.
- FLOWERDEW, J; RICHARDSON, J.E. Introduction. In: FLOWERDEW, J. & RICHARDSON, J.E. (Org.). **The Routledge handbook of critical discourse studies**, New York: Routledge, 1-12, 2018.
- FREITAS, M.A.; VIEIRA, I.C.; ALBERNAZ, A.L.; MAGALHÃES, J.L.; LEES, A.C. Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forests managed for açai fruit production. **Forest Ecology and Management**, 351, 20-27, 2015.
- GROSSMANN, M.; FERREIRA, F.; LOBO, G.; COUTO, R. Planejamento participativo visando o co-manejo sustentável dos açazais no estuário Amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. (Org.). **Açai. Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário Amazônico**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 123-134, 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, Tabela 6.1, População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/en/statistics/social/population/18391-2010-population-census.html?=&t=resultados>. Acesso em: 18 out. 2019.

IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, 2018. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>. Acesso em: 18 out. 2019.

IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. Projeto AgroVárzea incentiva produção agrícola sustentável, 2016. Belém-PA. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/2016/09/projeto-agrovarzea-realiza-visita-tecnica-em-propriedades-de-santa-izabel/>. Acesso em: 1º nov. 2019.

IMAZON Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Desafios para a consolição das Unidades de Conservação Estaduais do Pará**. Belém-PA, 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/desafios-para-a-consolidac%cc%a7a%cc%83o-das-unidades-de-conservac%cc%a7a%cc%83o-estaduais-do-para/>. Acesso em: 31 out. 2019.

JARDIM, M. A cadeia produtiva do açaieiro para frutos e palmito: Implicações ecológicas e sócioeconômicas no estado do Pará. **Boletim do MPEG, Série Antropologia** 18, 287-305, 2002.

LINO, C.L.; MORAES, M.B. Protecting landscapes and seascapes: Experience from coastal regions of Brazil. In: BROWN, J.; MITCHELL, N.; BERESFORD, M. (Org). **The protected landscape approach: Linking nature, culture and community**, Gland: IUCN, 163-176, 2005.

LOBATO, C. Conservação ambiental no Estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**, Edição Especial, 28-41, 1992.

LOBATO, C. Áreas de conservação ambiental para o Estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**, 24, 20-39, 1988.

MAIA, A.M.G; NUNES, J.R.; CRUZ, S.H.R. Ilha do Combú: um olhar sob as perspectivas conceituais do lazer e seus equipamentos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, 10, 388-394. 2017.

B&B, Marina. **Grupo B&B inaugura restaurante na ilha do Combú**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzpdsovx3og>. Acesso em: 2 out. 2019.

MATTA, R.A. Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu: Um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Engenharia Civil, Centro Tecnológico) Belém, Universidade Federal do Pará, 2006.

MOURÃO, L. Açazeiro: Açai e palmito no estuário Amazônico. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. (Org.). **Açai. Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário Amazônico**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 181-204, 2004.

MOURÃO, L. História e natureza: Do açai ao palmito. **Revista Territórios e Fronteiras** 3, 74-96, 2010.

NASCIMENTO, J.M. Açai, a fotossíntese do lucro. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. (Org.). **Açai. Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário Amazônico**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 135-154, 2004.

NUNES, T.G. Mobilização local: Ribeirinhos e a luta pela melhoria de vida na área insular de Belém/PA. **Emblemas** 13, 9-20, 2016.

OLIVEIRA FILHO, J.P. O caboclo e o brabo: Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. In: SILVEIRA, É. & MOACYR, F. (Org.). **Encontros com civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 101-140, 1979.

Prefeitura Municipal de Belém. **Anuário Estatístico do Município de Belém – 2011**. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/1_01_Caracterizacao%20do%20Territorio.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

REDE PARÁ. Projeto Igara. **Ilha do Combu: Circuito Gastronômico das Ilhas será realizado neste sábado, 31**, 2019. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/203217/ilha-do-combu-circuito-gastronomico-das-ilhas>. Acesso em: 24 out. 2020.

REISIGL, M. The discourse-historical approach. In: FLOWERDEW, J. & RICHARDSON, J.E. (Org.). **The Routledge handbook of critical discourse studies**, New York: Routledge, 44-59, 2018.

RIBEIRO, J. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: Desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação. **Dissertação** (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento, Núcleo de Meio Ambiente). Belém, Universidade Federal do Pará, 2010.

RODRIGUES, E.T. Organização comunitária e desenvolvimento territorial: O contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Belém, Universidade Federal do Pará, 2006.

ROSA, C.C.; CABRAL, E.R. Os impactos socioambientais e econômicos do turismo: O caso da ilha do Combu, no entorno da cidade de Belém PA. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade** 7, 2016. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/649/pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

SCHALLENBERG, B. A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca, Instituto de Ciências Biológicas). Belém, Universidade Federal do Pará, 2010.

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Pará. **Consulta pública: Refúgio de Vida Silvestre**. Marituba, Pará, 05 de Novembro de 2009 (Powerpoint). 2009.

SILVA, H. 2017. Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira. **Tese** (Doutorado em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SOUZA, C.L.; COSTA, V.B.; PEREIRA, S.F.; SILVA, D.C.; SARPEDONTI, V. Impact of urban life on water quality and fish larvae communities in two creeks of the Brazilian Amazon. **Revista Ambiente & Aqua** 11, 13-23, 2016.

TEIXEIRA, A.C. Formação dos conselhos no Brasil. In: FARIA, H.; MOREIRA, A.; VERSOLATO, F. (Org.). **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**, São Paulo: Instituto Polis, 19-25, 2000.

TRZYNA, T. **Urban protected areas: Profiles and best practice guidelines**. Best practice protected area guidelines series no. 22. Gland: IUCN, 2014.